Organizações de Usuários da Barragem Jenipapo (30%)

- I - um representante da Comunidade Kolping Quilombolas de Salinas;
- II - um representante da AGESPISA de Conceição do Canindé;
- III - um representante da Associação de Produtores Rurais do Vale do Canindé – ASPROVALE de Conceição do Canindé;
- IV - Um representante da Associação dos Trabalhadores Rurais de Pousada do Sossego de Conceição do Canindé;
- V - Um representante da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Arapuá – APRCA de São Francisco de Assis do Piauí;
- VI - um representante da Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade Gatinhos de São Francisco de Assis do Piauí;
- VII - um representante da AGESPISA de Wall Ferraz, PI;
- VIII - um representante da AGESPISA de Isafas Coelho
- IX - um representante da AGESPISA de Santo Inácio do Piauí.

Sociedade Civil (30%)

- I - um representante da Igreja Católica de Conceição do Canindé;
- II - um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Canindé;
- III - um representante da Igreja Evangélica de Campinas do Piauí;
- IV - um representante da Associação de Pequenos Produtores Rurais Peixe e Juá de Campinas do Piauí;
- V - um representante Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Assis do Piauí;
- VI - Um representante da Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade de São Francisco de Assis;
- VII - um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Wall Ferraz;
- VIII - Um representante da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Porcos de Isafas Coelho;
- IX - um representante da Primeira Igreja Batista de Santo Inácio do Piauí.

§ 1º - A Comissão Gestora será presidida pelo presidente do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos do Estado do Piauí e secretariada pelo secretário deste Conselho;

Art. 4º - À Comissão Gestora Compete:

- I - iniciar um programa de ações de curto prazo no sentido de orientar o controle da tomada d'água da Barragem Pedra Redonda;
- II - submeter à discussão do assunto em referência ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, com interveniência da Comissão Técnica de Águas Superficiais com vistas ao aprofundamento dos debates sobre a solução definitiva sobre a gestão da Barragem Pedra Redonda;
- III - incentivar a participação das comunidades locais, através de entidades representativas dos usuários de água, bem como de outras organizações civis e governamentais;
- IV - avaliar a infra-estrutura física da Barragem Pedra Redonda em especial dos equipamentos de tomada d'água visando a sua manutenção;
- V - Formular propostas para o estabelecimento de mecanismos da gestão para o uso racional das águas do reservatório, buscando o benefício de toda a população em volta;
- VI - Fortalecer com estas ações a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais, como órgão gestor dos recursos hídricos no Estado do Piauí.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 22 de março de 2007.

DALTONMELOMACAMBIRA
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH

RESOLUÇÃO CERH Nº. 003/07, de 22 de março de 2007.

Institui a Comissão Gestora do Açude Ingazeiras, em Paulistana, PI.

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº. 5.165, de 17 de agosto de 2000, e tendo em vista o disposto no Decreto nº. 10.880, de 24 de setembro de 2002, e;

Considerando a necessidade de estabelecer diretrizes complementares para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos, dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, estabelecidos pela Lei nº. 5.165, de 17 de agosto de 2000;

Considerando os fundamentos legais expressos na mencionada Lei, os Planos de Recursos Hídricos deverão ter um conteúdo mínimo que fundamente e oriente a implementação da Política Estadual e o Gerenciamento dos Recursos Hídricos, em consonância com a Política Nacional de Recursos Hídricos, e a necessidade de uma ampla discussão com a sociedade sobre o gerenciamento das águas armazenadas nos grandes reservatórios do Estado;

Considerando a necessidade de criação de uma Comissão Gestora para iniciar os programas de ações de curto prazo no sentido de orientar o controle da futura liberação d'água do Açude Ingazeiras, levando em consideração os conflitos que podem ser gerados envolvendo as populações locais, resolve:

Art. 1º - Instituir a Comissão Gestora, do Açude Ingazeiras com o objetivo de discutir os aspectos relacionados com a operação e manutenção do açude com referência à liberação de águas para usos múltiplos, considerando a participação dos usuários e, observados os critérios gerais estabelecidos nesta Resolução.

Art. 2º - A Comissão Gestora será constituída por representantes do Poder Público, das organizações de usuários das águas do Açude Ingazeiras e da Sociedade Civil.

Art. 3º - A Comissão Gestora será assim composta:

Poder Público (40%)

- I - um representante do Instituto de Assistência Técnica do Estado do Piauí – EMATER de Paulistana, PI;
- II - um representante da Prefeitura Municipal de Paulistana/PI;
- III - um representante da Universidade Estadual do Piauí - UESPI;
- IV - um representante do Banco do Nordeste;
- V - um representante Câmara Municipal de Paulistana, PI;
- VI - um representante da Secretaria de Agricultura de Paulistana, PI;
- VII - um representante da Câmara Municipal de Acauã;
- VIII - um representante da Prefeitura Municipal de Acauã;
- IX - um representante da Secretaria Municipal de Saúde de Acauã;

Organizações de Usuários do Açude Ingazeiras (30%)

- I - um representante da AGESPISA;
- II - um representante da Colônia dos Pescadores ZA – 21;
- III - um representante da Associação dos Pescadores, Criadores e Apicultores de Paulistana/PI;
- IV - um representante da Associação dos Pequenos Produtores, Vazanteiros do Açude Ingazeiras - APPVAI;
- V - Um Representante da Associação Comunitária Rural de Baxio da Serra, Paulistana, PI;
- VII - um representante da AGESPISA, Acauã, PI;

Sociedade Civil (30%)

- I - um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR, Paulistana, PI;
- II - um representante da Igreja Católica, Paulistana, PI;
- III - um representante ONG CELTA, Paulistana, PI;
- IV - um representante da Assembléia de Deus, Paulistana, PI;
- V - um representante Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR, Acauã, PI;
- VI - um representante da Associação de Hortifrutigranjeiros do Bairro Triângulo, Paulistana, PI;

§ 1º - A Comissão Gestora será presidida pelo presidente do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos do Estado do Piauí e secretariada pelo secretário deste Conselho;

Art. 4º - À Comissão Gestora Compete:

- I - iniciar um programa de ações de curto prazo no sentido de orientar o controle da tomada d'água do Açude Ingazeiras;
- II - submeter à discussão do assunto em referência ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, com interveniência da Comissão Técnica de Águas Superficiais com vistas ao aprofundamento dos debates sobre a solução definitiva sobre a gestão do Açude Ingazeiras;
- III - incentivar a participação das comunidades locais, através de entidades representativas dos usuários de água, bem como de outras organizações civis e governamentais;
- IV - avaliar a infra-estrutura física do Açude Ingazeiras em especial dos equipamentos de tomada d'água visando a sua manutenção;
- V - Formular propostas para o estabelecimento de mecanismos da gestão para o uso racional das águas do reservatório, buscando o benefício de toda a população em volta;
- VI - Fortalecer com estas ações a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais, como órgão gestor dos recursos hídricos no Estado do Piauí.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 22 de março de 2007.

DALTONMELOMACAMBIRA
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH

RESOLUÇÃO CERH Nº. 004/07, De 22 de março de 2007.

Institui a Comissão Gestora da Barragem de Salinas, em São Francisco do Piauí, PI.

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº. 5.165, de 17 de agosto de 2000, e tendo em vista o disposto no Decreto nº. 10.880, de 24 de setembro de 2002, e;

Considerando a necessidade de estabelecer diretrizes complementares para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos, dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, estabelecidos pela Lei nº. 5.165, de 17 de agosto de 2000;

Considerando os fundamentos legais expressos na mencionada Lei, os Planos de Recursos Hídricos deverão ter um conteúdo mínimo que fundamente e oriente a implementação da Política Estadual e o Gerenciamento dos Recursos Hídricos, em consonância com a Política Nacional de Recursos Hídricos, e a necessidade de uma ampla discussão com a sociedade sobre o gerenciamento das águas armazenadas nos grandes reservatórios do Estado;

Considerando a necessidade de criação de uma Comissão Gestora para iniciar os programas de ações de curto prazo no sentido de orientar o controle da futura liberação d'água da Barragem Salinas, levando em consideração os conflitos que podem ser gerados envolvendo as populações locais, resolve: